### COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

ISSN 1677-7050

### PORTARIAS DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013

A COORDENADORA DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ES-TATÍSTICA-IBGE, usando de suas atribuições, resolve

- Designar SÔNIA MARIA BAENA MACIEL, CPF nº 117.315.911-87, matrícula nº 0769178, para exercer a Função Gratificada de Supervisor de Pesquisa III, da Unidade Estadual do IBGE no Distrito Federal, FG-3, desta Fundação, na forma do disposto no art. 26. da Lei nº 8.216/91.

Nº 7.922 - Dispensar CESAR PATRICIO DE SANTANA ROSA, CPF nº 063.603.824-66, matrícula nº 1549369, da Função Gratificada e Chefe da Agência do IBGE em Sumé, da Unidade Estadual do IBGE na Paraíba, FG-3, desta Fundação, a partir de 04/12/2013.

> LUCIANA LOPES MONTEIRO Substituta

#### RETIFICAÇÃO

Na Portaria da Coordenadora de Recursos Humanos, nº 7874, publicada no D.O.U. de 03/12/2013, Seção 2, página 47, onde se lê: a partir de 01/12/2012, leia-se: a partir de 01/12/2013.

### SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

#### PORTARIA Nº 380, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013

A SECRETÁRIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO. DO MI-NISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 39 do Anexo I do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012, e em conformidade com os termos do Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, e com base nos

elementos do Processo nº 03000.001501/2013-24 resolve:
Art. 1º Outorgar a Permissão de Uso do imóvel residencial funcional situado na SQS 105, Bloco "C", Apto. 505, ao Senhor HUR BEN CORREA DA SILVA, em virtude de exercer o Cargo Comissionado de Coordenador-Geral de Relações Institucionais e Gestão do SISBRATER, do Departamento Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Deenvolvimento Agrário, código DAS 101.4, nos termos do Decreto nº 980/93.

Parágrafo único. Para os efeitos legais, a formalização do ato de ocupação dar-se-á com a entrega das chaves ao permissionário, observado o disposto no art. 12 do Decreto nº 980/93, mediante Termo de Outorga de Permissão de Uso, em que constam as principais responsabilidades e obrigações do ocupante, cuja assinatura determina plena ciência e aceitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-

blicação.

CASSANDRA MARONI NUNES

# SECRETARIA DE RELAÇÕES DE TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO

# PORTARIA Nº 203, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE RELAÇÕES DE TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 176, de 25 de abril de 2012, observado o disposto no inciso XIII, do art. 38 do Anexo I, Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012, e em cumprimento ao disposto no art. 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, resolve efetivar o seguinte exercício: Empregado: ROSALINO FERREIRA DE MIRANDA

Origem: Companhia Docas do Estado da Bahia - CODE-

BA Para: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiver-

sidade

Processo: 04599.501103/2004-01 Art. 1º Caberá ao órgão de origem efetivar a apresentação do empregado.

Art. 2º Caberá ao órgão cessionário efetivar a apresentação do empregado ao seu órgão de origem ao término do exercício.

Art. 3º Cumpre ao cessionário comunicar, mensalmente, ao

órgão de origem a frequência do empregado.

Art. 4º O ressarcimento decorrente da cessão ou exercício de servidores e empregados aos órgãos ou entidades de origem previsto no parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, nos termos do parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, só será devido no caso de empresas públicas ou sociedades de economia mista que não recebam recursos financeiros do Tesouro Nacional para custeio total ou parcial de sua folha de pagamento de pessoal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONCA

### PORTARIA Nº 204, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE RELAÇÕES DE TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 176, de 25 de abril de 2012, observado o disposto no

inciso XIII, do art. 38 do Anexo I, Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012, e em cumprimento ao disposto no art. 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, resolve efetivar o seguinte exercício:

Empregado: JOSE RAIMUNDO DE LIMA Origem: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB Para: Ministério do Trabalho e Emprego

Processo: 04500.002545/2011-31

Art. 1º Caberá ao órgão de origem efetivar a apresentação do empregado.

Art. 2º Caberá ao órgão cessionário efetivar a apresentação do empregado ao seu órgão de origem ao término do exercício. Art. 3º Cumpre ao cessionário comunicar, mensalmente, ao órgão de origem a frequência do empregado.

Art. 4º O ressarcimento decorrente da cessão ou exercício de servidores e empregados aos órgãos ou entidades de origem previsto no parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, nos termos do parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, só será devido no caso de empresas públicas ou sociedades de economia mista que não recebam recursos financeiros do Tesouro Nacional para custeio total ou parcial de sua

folha de pagamento de pessoal. Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

## SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA

#### PORTARIA Nº 205, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE RELAÇÕES DE TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 176, de 25 de abril de 2012, observado o disposto no inciso XIII, do art. 38 do Anexo I, Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012, e em cumprimento ao disposto no art. 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, resolve efetivar o seguinte exercício:

Empregado: LUCIO DA SILVA SILVEIRA
Origem: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB Para: Ministério do Trabalho e Emprego

Processo: 04599 509488/2004-46

Art. 1º Caberá ao órgão de origem efetivar a apresentação do empregado.

Art. 2º Caberá ao órgão cessionário efetivar a apresentação do empregado ao seu órgão de origem ao término do exercício.

Art. 3º Cumpre ao cessionário comunicar, mensalmente, ao órgão de origem a frequência do empregado.

Art. 4º O ressarcimento decorrente da cessão ou exercício de servidores e empregados aos órgãos ou entidades de origem previsto no parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, nos termos do parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, só será devido no caso de empresas públicas ou sociedades de economia mista que não recebam recursos financeiros do Tesouro Nacional para custeio total ou parcial de sua folha de pagamento de pessoal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

### SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA

# PORTARIA Nº 206, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE RELAÇÕES DE TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere a ORÇAMENTO E GESTAO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 176, de 25 de abril de 2012, observado o disposto no inciso XIII, do art. 38 do Anexo I, Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012, e em cumprimento ao disposto no art. 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, resolve efetivar o seguinte exercício: Empregado: FERNANDO BATISTA

Origem: Companhia Docas do Estado de São Paulo - Co-

desp Para: Ministério do Trabalho e Emprego Processo: 04599.506130/2004-61

Art. 1º Caberá ao órgão de origem efetivar a apresentação do empregado.

Art. 2º Caberá ao órgão cessionário efetivar a apresentação

do empregado ao seu órgão de origem ao término do exercício.

Art. 3º Cumpre ao cessionário comunicar, mensalmente, ao órgão de origem a frequência do empregado.

Art. 4º O ressarcimento decorrente da cessão ou exercício de servidores e empregados aos órgãos ou entidades de origem previsto no parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, nos termos do parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, só será devido no caso de empresas públicas ou sociedades de economia mista que não recebam recursos financeiros do Tesouro Nacional para custeio total ou parcial de sua

folha de pagamento de pessoal. Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua pu-

### SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONCA

### PORTARIA Nº 207, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE RELAÇÕES DE TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 176, de 25 de abril de 2012, observado o disposto no inciso XIII, do art. 38 do Anexo I, Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro 2012, e em cumprimento ao disposto no art. 5º do Decreto no 6.077, de 10 de abril de 2007, resolve efetivar o seguinte exercício:

Empregado: JOAQUIM CARAUBA DA SILVA

Origem: Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp

Para: Ministério do Trabalho e Emprego

Processo: 04599 506144/2004-85

Art. 1º Caberá ao órgão de origem efetivar a apresentação do empregado.

Art. 2º Caberá ao órgão cessionário efetivar a apresentação do empregado ao seu órgão de origem ao término do exercício.

Art. 3º Cumpre ao cessionário comunicar, mensalmente, ao órgão de origem a frequência do empregado.

Art. 4º O ressarcimento decorrente da cessão ou exercício de servidores e empregados aos órgãos ou entidades de origem previsto no parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, nos termos do parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, só será devido no caso de empresas públicas ou sociedades de economia mista que não recebam recursos financeiros do Tesouro Nacional para custeio total ou parcial de sua folha de pagamento de pessoal.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

# SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONCA

#### PORTARIA Nº 208, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE RELAÇÕES DE TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 176, de 25 de abril de 2012, observado o disposto no inciso XIII, do art. 38 do Anexo I, Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012, e em cumprimento ao disposto no art. 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, resolve efetivar o seguinte exercício: Empregado: JORGE CLAUDIO

Origem: Companhia Docas do Estado de São Paulo - Co-

Para: Ministério do Trabalho e Emprego

Processo: 04599.506009/2004-30 Art. 1º Caberá ao órgão de origem efetivar a apresentação do

empregado. Art. 2º Caberá ao órgão cessionário efetivar a apresentação do empregado ao seu órgão de origem ao término do exercício.

Art. 3° Cumpre ao cessionário comunicar, mensalmente, ao órgão de origem a frequência do empregado.

Art. 4º O ressarcimento decorrente da cessão ou exercício de servidores e empregados aos órgãos ou entidades de origem previsto no parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, nos termos do parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, só será devido no caso de empresas públicas ou sociedades de economia mista que não recebam recursos financeiros do Tesouro Nacional para custeio total ou parcial de sua folha de pagamento de pessoal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

### SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONCA

# PORTARIA Nº 209, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE RELAÇÕES DE TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 176, de 25 de abril de 2012, observado o disposto no inciso XIII, do art. 38 do Anexo I, Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012, e em cumprimento ao disposto no art. 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, resolve efetivar o seguinte exercício:

Empregado: CLAUDIO PINTO SAMPAIO JUNIOR Origem: Companhia Docas do Estado de São Paulo - Co-

Para: Ministério do Trabalho e Emprego Processo: 04599.506169/2004-89

Art. 1º Caberá ao órgão de origem efetivar a apresentação do empregado.

Art. 2º Caberá ao órgão cessionário efetivar a apresentação do empregado ao seu órgão de origem ao término do exercício.

Art. 3º Cumpre ao cessionário comunicar, mensalmente, ao órgão de origem a freqüência do empregado.

Art. 4º O ressarcimento decorrente da cessão ou exercício de servidores e empregados aos órgãos ou entidades de origem previsto no parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, nos termos do parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, só será devido no caso de empresas públicas ou sociedades de economia mista que não recebam recursos financeiros do Tesouro Nacional para custeio total ou parcial de sua

folha de pagamento de pessoal. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

## SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA

### PORTARIA Nº 210, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE RELAÇÕES DE TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 176, de 25 de abril de 2012, observado o disposto no inciso XIII, do art. 38 do Anexo I, Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012, e em cumprimento ao disposto no art. 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, resolve efetivar o seguinte exercício: